

## FINANCIAMENTO PARA ECONOMIA DE ÁGUA

EMPRESAS PODEM RECORRER AO FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (FEHIDRO) PARA IMPLANTAR PROJETOS DE REDUÇÃO DE CONSUMO

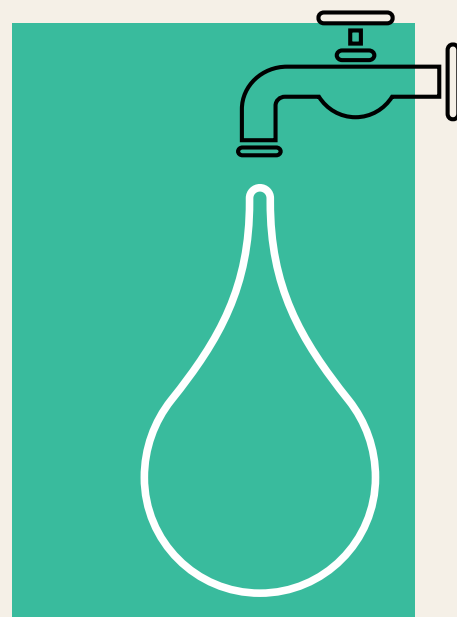
O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) financia projetos de redução de consumo de água de empresas de todo o Estado de São Paulo. As operações de financiamento reembolsáveis ficam a cargo do Conselho de Orientação do Fehidro (Cofehidro). Com 3% de juros ao ano, o financiamento pode ser pago em até 60 meses. A contrapartida mínima exigida é de 20%.

Na maioria dos projetos de redução de consumo de água – que promovem a troca de equipamentos hidráulicos convencionais por tipos mais eficientes –, a economia propiciada costuma ser suficiente para pagar os investimentos necessários. Exemplificando: vestiários com chuveiros com restritores de vazão/pressão embutidos consomem até 70% menos água, enquanto os chuveiros automáticos chegam a 60% de redução. Cozi-

nhas e banheiros com torneiras automáticas podem reduzir em até 75%. Sistemas de duplo acionamento nas descargas sanitárias podem economizar até 60%.

Tais projetos devem ser submetidos à análise dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs), sendo que cada um estabelece, anualmente, os critérios para análise e hierarquização de empreendimentos para indicação ao Fehidro, com calendário, valores disponíveis e normas de avaliação, entre outras orientações.

Para concorrer aos recursos do Fehidro, é preciso ficar atento ao prazo de submissão das propostas. O Estado de São Paulo tem 21 CBHs. Para saber qual deles é o de sua região, consulte o *Guia do Sistema Paulista de Recursos Hídricos* (disponível em <http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/>) e participe da chamada de empreendimentos Fehidro 2018. [&]



pág. **02**

**BUROCRACIA**

Práticas que elevam custos e inibem investimento e emprego



pág. **03**

**DINHEIRO**

Os riscos de investir em moedas virtuais como bitcoin



pág. **04**

**PREVIDÊNCIA**

Reforma é urgente e fortalece sustentabilidade do sistema



# O ELEVADO CUSTO DA BUROCRACIA

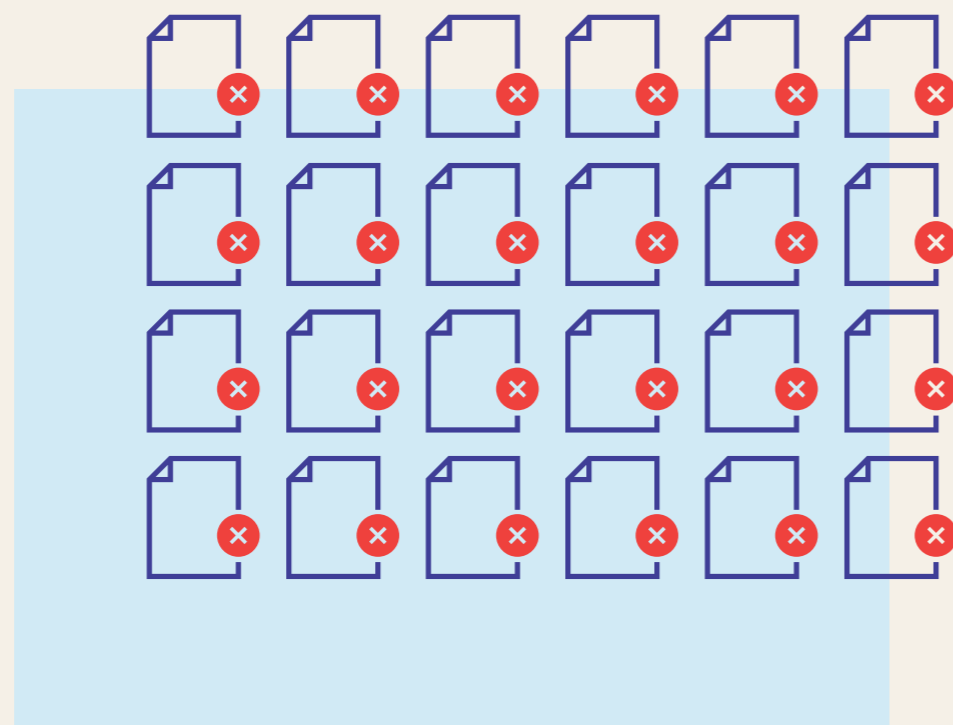
PRÁTICAS BUROCRÁTICAS INIBEM INVESTIMENTOS E EMPREGO E REDUZEM AS COMPETITIVIDADES INTERNA E EXTERNA

A burocracia do País tem tantas implicações e desdobramentos que o tema poderia inspirar longas e interessantes histórias, com variados enredos, personagens e papéis, mas sempre com os mesmos fins. Pouco tem mudado ao longo do tempo, como mostram estudos produzidos por instituições idôneas e competentes, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) e o Banco Mundial.

A cultura e a mentalidade pública que influenciam a vasta legislação no País – que criam normas, procedimentos e controles nas diversas áreas da atividade humana e do setor produtivo – nutrem a burocracia em sua essência. Com base nela, despontam o papel e a autoridade dos órgãos competentes, nas três esferas de Poder e da administração, tudo transformado em complexas e excessivas exigências, cobranças e penalidades, muitas vezes impossíveis de cumprir.

Elevado “custo Brasil”, desestímulo ao empreendimento e ao emprego, insegurança de investidores, perda de competitividade, entre outros, são fatos decorrentes desse quadro adverso, que afeta os agentes privados. Em particular as empresas, as primeiras sempre lembradas por sua função social, cabendo-lhes gerar empregos, responder a cobranças por descumprimento de exigências ou de encargos absurdos, impostos pelo próprio Poder Público e sua voraz burocracia.

Não requer tanto esforço a percepção dessa realidade, bastando focar o campo da tributação. Mais uma vez, o Banco Mundial apresenta relatório apontando o Brasil na lanterna do ranking como o país onde as empresas gastam mais tempo, na média anual, para vencer a burocracia tributária. O estudo indica que são gastas, em média, 1.958 horas em cálculos, preenchimento de formulários, análise da legislação e recolhimento de impostos. Isso, segundo proje-



ções do IBPT, representa algo como R\$ 60 bilhões, o equivalente a 1,5% do faturamento anual das empresas. Ou seja, o custo necessário para manter grandes aparatos tecnológico e humano capazes de atender às exigências do Fisco.

Esses números dão a exata dimensão da burocracia que afeta o País e as empresas, inibindo os investimentos e o emprego, elevando custos transferidos aos preços e reduzindo as competitividades interna e externa.

Além disso, como ressaltam especialistas e consultorias do mercado, mais grave e preocupante é o fato de que os avanços da tecnologia e da automação não visam à simplificação das exigências e da vida das empresas. Pelo contrário, ampliam os controles da fiscalização sobre elas, um processo condenável, mas coerente com a cultura fiscalista que predomina no País.

Conclusão óbvia: essa não é uma realidade coerente com uma economia de vocação liberal, em que a iniciativa privada, o empreendedorismo e a concorrência deveriam ter maior atenção e expressão, sem se descuidar do balizamento da atividade econômica e da disciplina dos mercados (sempre imperfeitos), funções que cabem essencialmente ao Estado.

Por isso, justificam-se ações em todos os segmentos da sociedade, como entidades de classe, de consumidores etc., visando a conscientizar governantes, poderes e políticos sobre a necessidade de se combater e minimizar os males da burocracia. A campanha Burocracia Para Tudo constitui um exemplo a ser observado. Lançada pela Endeavor, organização de apoio ao empreendedorismo, quer estrategicamente levar para o setor público a discussão sobre a burocracia e seus efeitos. [&]

# O RISCO BITCOIN: OUTRA MODA, OUTRA BOLHA



OS PERIGOS DE SE INVESTIR NESSE TIPO DE MOEDA VIRTUAL QUE VEM REGISTRANDO VALORIZAÇÃO IMPRESSIONANTE

A onda da vez são as bitcoins, as criptomoedas que tiveram valorização impressionante – saltando de US\$ 1 mil para mais de US\$ 11 mil. Além de não apoiar a existência de uma moeda virtual e nem indicar investimento nesse tipo de aventura, a FecomercioSP alerta para o risco dessa nova “moda”.

A moeda virtual ganhou espaço na mídia por dois fatores: a novidade e o ganho fácil. A valorização que apresenta é característica de esquemas de pirâmide, correntes financeiras ou de bolhas, que funcionam enquanto o público interessado vai

crescendo. Quem entra paga o preço elevado, garantindo o lucro de quem saiu. Em algum momento, porém, as pessoas passam a questionar a origem e o lucro rápido e tudo se desfaz diante de nossos olhos.

Uma moeda conta com algumas características comuns: confiança, divisibilidade, reserva de valor, aceitação universal e emissor conhecido que garanta a manutenção de seu poder de compra e obrigue sua aceitação como forma de pagamento (isso se chama “curso forçado”). Vale perguntar: de onde vêm as moedas eletrônicas? Quem emitiu? Quem garante o valor?

São universalmente aceitas, como o dólar, por exemplo?

As moedas virtuais não têm emissor. Estão a serviço de espertalhões que lucrarão fácil com o esquema, pois sabem a hora de entrar e de sair. Também são usadas para atividades ilegais, pois são de difícil rastreabilidade. Narcotraficantes, corruptos e outros marginais podem se valer delas para ocultar patrimônio, transferir renda sem rastro, fazer seus negócios escusos etc. Neste momento, alguns bancos centrais (inclusive o brasileiro) estão iniciando um processo de combate a essas moedas. [&]



PARA ENTENDER OS DESAFIOS DO SEU NEGÓCIO, SÓ QUEM É COMO VOCÊ: **EMPREENDEDOR.**

Empresário do comércio de bens, serviços e turismo, vamos nos unir pelos nossos interesses. Precisamos caminhar ao lado de quem luta por nossos direitos nas negociações coletivas anuais. Devemos seguir rumo ao crescimento com quem se mobilizou por conquistas importantes, como o fim da CPMF, a criação do Simples e a Reforma Trabalhista. Temos de trabalhar com líderes que representem o setor de verdade e que sejam empreendedores como você.

A representatividade une o nosso setor e fortalece você.

A contribuição sindical vence em 31 de janeiro. Fale com seu sindicato e se informe: você e sua empresa têm muito a ganhar.

# IMPORTÂNCIA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

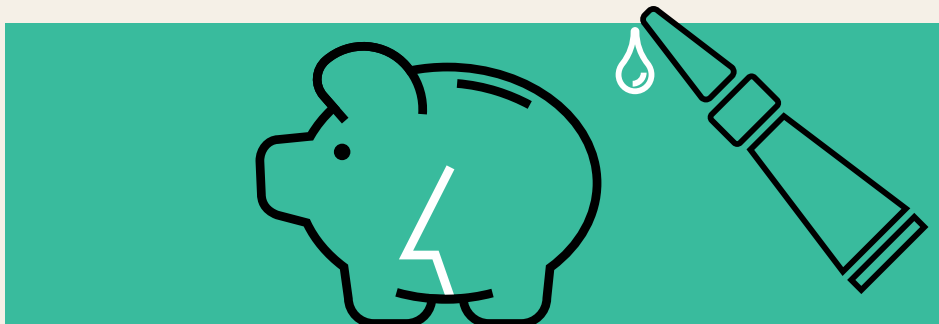
PROPOSTA FORTALECE SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL, PRINCIPALMENTE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS

De autoria do Poder Executivo, a PEC n.º 287/2016 apresenta uma reforma de ambos os regimes da Previdência Social, o próprio e o geral. A proposta quer fortalecer a sustentabilidade do sistema de seguridade social, principalmente no que se refere aos benefícios previdenciários e assistenciais. O déficit da Previdência Social vem crescendo de forma exponencial nos últimos anos. Para 2017, deve alcançar R\$ 263 bilhões.

O governo anunciou, recentemente, uma redução do texto inicial da proposta, considerando apenas o estabelecimento de idade mínima e regra de transição, equiparação entre servidores públicos (regime próprio) e segurados da iniciativa privada (regime geral) e a retirada da incidência da Desvinculação das Receitas da União (DRU) das receitas previdenciárias.

Além disso, a nova proposta prevê a redução do tempo mínimo de contribuição para aposentadoria no regime geral para 15 anos, com o recebimento de 60% da média dos salários de contribuição, sendo que para o recebimento integral serão necessários 40 anos de contribuição. Para o regime próprio (servidor público), será mantido o tempo mínimo de contribuição da proposta original, 25 anos, com o recebimento de 70% da média dos salários. As idades mínimas para concessão da aposentadoria em ambos os regimes foram mantidas: 62 anos para as mulheres e 65 anos para os homens.

Entre as novas medidas anunciadas, a FecomercioSP entende que a mais relevante é a exclusão das contribuições sociais da DRU. Criada em 1994 para ser transitória,



a DRU foi prorrogada por diversas vezes e, atualmente, desvincula 30% das contribuições sociais, tais como Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que deveriam ser cem por cento destinadas ao custeio da seguridade social, cuja vigência se estenderá até 31 de dezembro de 2023, gerando efeitos negativos nas contas da Previdência.

Em 2015, enquanto a Previdência Social registrou um déficit de R\$ 85,8 bilhões, o total da DRU foi de R\$ 58,6 bilhões. Em 2016, o déficit nas contas da Previdência foi de R\$ 149,7 bilhões, enquanto foram desvinculados R\$ 83,6 bilhões pela DRU.

Apesar de tais valores serem destinados à Previdência Social, à assistência social e à saúde, mesmo considerando a distribuição de um terço do valor arrecadado, o restabelecimento do valor integralmente recolhido já iria minimizar consideravelmente o déficit da Previdência. Se ela apresenta déficit, não é razoável manter uma medida que reduza sua receita.

Consideradas as mais polêmicas, as demais propostas previstas no texto inicial poderão ser encaminhadas posteriormente, por meio de projetos de lei ou por medidas provisórias. São os casos da aposentadoria do trabalhador rural e dos benefícios de prestação continuada.

De acordo com informações do governo, caso a reforma fosse aprovada na íntegra (texto original), haveria uma economia de R\$ 800 bilhões nos próximos dez anos. Com a proposta de reforma reduzida, a economia será menor em 50%, ou seja, de R\$ 400 bilhões, mas considerável, levando-se em conta o crescimento exponencial do déficit previdenciário.

Adiar a votação dessa reforma é um retrocesso para a economia brasileira, e apenas empurrará o problema para frente, uma vez que, com o envelhecimento da população brasileira, as aposentadorias futuras poderão ficar comprometidas. A aprovação da reforma, ainda que parcial, é indispensável e urgente para que possam ser implantadas de forma gradual, garantindo o equilíbrio do sistema para gerações presentes e futuras. [&]

**F&CSP****Senac****Sesc**

AQUI TEM A FORÇA DO COMÉRCIO

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PRESIDENTE ABRAM SZAJMAN • SUPERINTENDENTE ANTONIO CARLOS BORGES • COLABORAÇÃO ASSESSORIA TÉCNICA • COORDENAÇÃO EDITORIAL E PRODUÇÃO TUTU • DIRETOR DE CONTEÚDO ANDRÉ ROCHA • EDITORA IRACY PAULINA • FALE COM A GENTE PUBLICACOES@FECOMERCIO.COM.BR RUA DOUTOR PLÍNIO BARRETO, 285 • BELA VISTA • 01313-020 • SÃO PAULO – SP • [www.fecomercio.com.br](http://www.fecomercio.com.br)

Todos os direitos patrimoniais relativos ao conteúdo desta obra são de propriedade exclusiva da FecomercioSP, nos termos da Lei nº 9.610/98 e demais disposições legais aplicáveis à espécie. A reprodução total ou parcial é proibida sem autorização